

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/39406</b>	<b>52333/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DECS - DCSS [NLI BRAGA]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL***Apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social*

Considerando que:

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local;

- Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passou a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de Abril de 2023, assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI);

- Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro;

- Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;

- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, o Município de Braga pode celebrar parcerias com entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção e nos acordos de intervenção social;

- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Câmara Municipal,



no exercício das competências previstas nos números anteriores, contratualizou, através da celebração de acordo específico, com as seguintes 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas:

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
  - Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCREDNO
  - Associação Juvenil "A BOGALHA"
  - Centro Comunitário de São Martinho de Dume
  - Centro Cultural e Social de Santo Adrião
  - Colégio de São Caetano
  - Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
  - Santa Casa da Misericórdia de Braga
  - Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
  - Cáritas Arquidiocesana de Braga
- Foram criadas as nomenclaturas "SAAS A" e "SAAS B", representativas de uma divisão de todo o território concelhio, com 5 + 4 entidades, respetivamente, com responsabilidade de Atendimento e Acompanhamento Social, de forma a tornar mais próxima e informada a relação entre a Coordenação Municipal e as Entidades parceiras, permitindo respostas mais céleres e eficazes;
- O SAAS-ES (Emergência Social) da Cáritas Arquidiocesana de Braga tem como missão intervir de forma rápida e eficaz em situações emergentes ou de crise, assegurando a proteção e o apoio às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Compete à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de Setembro, prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Resultou da interação constante entre o Município de Braga e os SAAS supracitados (A e B), a atribuição de apoios diretos a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente enquadrada na transferência de novas competências para os Municípios. Para o efeito, recorreremos a um procedimento de trabalho definido internamente para atuação em situações devidamente fundamentadas e introduzidas numa plataforma especificamente utilizada para o efeito, o qual foi aprovado em Reunião de Câmara no dia 26 de Junho de 2023 e vigorou até final do anterior mandato.
- A atribuição do apoio económico é de natureza eventual, excecional e temporária e destina-se a compensar encargos relativos a questões relacionadas com despesas domésticas, despesas pessoais, saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, tendo como objetivo último a capacitação das pessoas/famílias com vista à sua autonomização.

Considerando ainda que a necessidade de dar resposta aos cidadãos enquadrados neste contexto económico e social vulnerável e excecional não é compatível com o tempo e os procedimentos formais de realização de despesa e subjacente ao processo de deliberação do Órgão Executivo, o qual reúne quinzenalmente, entendemos justificar-se a existência do procedimento de trabalho proposto, agora revisto, e que prevê a possibilidade de, verificados que estejam os requisitos para a atribuição dos apoios económicos, praticar os atos para cumprimento desta competência, submetendo os mesmos em momento posterior a conhecimento e ratificação da Câmara Municipal.



Pelo exposto, propõe-se a aprovação do procedimento de trabalho, em anexo, criado com vista a dar respostas mais céleres e eficazes aos munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual, garantindo a transparência do processo e a legalidade da execução da despesa, nos termos apresentados, e para o período do mandato.

À consideração superior.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

